

SUMÁRIO

<u>CAPÍTULO I - PRINCÍPIOS DA PERÍCIA JUDICIAL</u>	31
A AÇÃO JUDICIAL	31
Fases do Processo Judicial	32
Principais Tipos de Ação Judicial	33
Meios de Prova	34
A PROVA PERICIAL	35
Principais Tipos de Ação Judicial que Requerem Perícia	36
Formação da Prova Pericial	37
Fluxograma da Perícia pelo NCPC	38
Laudo Pericial e Parecer Técnico	39
Diferença entre Laudo Pericial e Parecer Técnico	39
Tipos de Laudo	39
Embasamento técnico de um laudo	40
Elaboração de laudos	40
Laudos técnicos de engenharia	
Laudos técnicos para a área ambiental	41
Importância da Vistoria	41
Função do Perito do Juízo	42
Atribuições e Responsabilidades do Perito	43
Relação do Perito com o Juiz	43
Juiz e Perito	43
Função dos Quesitos	44
O dever de formar a base para convicção do Juiz e a	
Obrigação de resposta aos quesitos	44
Papel do Assistente Técnico	44
Assistente Técnico e Parecer Técnico	44
Relação do Perito com os Assistentes	45
Prazos do Perito e dos Assistentes	45
A INSPEÇÃO JUDICIAL - FORMAÇÃO DA CONVICÇÃO DO JUIZ	46
HONORÁRIOS PERICIAIS	46
Remuneração do Perito, Assistente e Justiça Gratuita	47

PRÁTICA FORENSE	48
Nomeação e ciência	48
Vista do processo	49
Carga do processo	49
Quando “falar” no processo	49
ABRANGÊNCIA DAS PERÍCIAS JUDICIAIS	49
Multidisciplinaridade de Intercorrelacionamento	49
DIFICULDADE TEMPORAL DA PROVA PERICIAL	50
<u>CAPÍTULO II - AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS</u>	53
A ENGENHARIA LEGAL E DE AVALIAÇÕES	53
CONCEITUAÇÃO DE ATRIBUTOS DA VALORAÇÃO	54
Valor	54
Preço	54
Reposição e Reprodução	55
Depreciação	55
TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO	56
Avaliação Urbana	56
Avaliação de Glebas	57
Método Direto de Dados de Mercado	59
Procedimentos Preliminares	59
Vistoria ao Imóvel	59
Características do Local	60
Conceituação do Estudo Avaliatório	60
Localização	61
Logradouro	61
Circunvizinhança	62
Infraestrutura Urbana	62
Descrição do Imóvel	62
Estado de Conservação e Depreciação Física	62
Cálculo da Área Equivalente	65
Avaliação	69
Cálculos Avaliatórios	73
<u>CAPÍTULO III - DESAPROPRIAÇÃO</u>	83
INTRODUÇÃO	83

ENTENDIMENTO	84
REQUISITOS PARA O ATO DA DESAPROPRIAÇÃO	85
Declaração de Utilidade Pública	85
Declaração de Necessidade Pública	85
Declaração de Interesse Social	85
INDENIZAÇÃO	86
TIPOS DE INDENIZAÇÃO	86
Direta Amigável	87
Direta Litigiosa	87
Indireta	94
Confiscatória	95
Sancionatória para fins de Reforma Agrária	95
Sancionatória para fins de Reforma Urbana	96
FASES DA DESAPROPRIAÇÃO	96
Declaratória	96
Executória	97
Homologação	97
Imissão na Posse	97
Pagamento da Indenização	98
SITUAÇÕES ESPECIAIS	98
CASO PRÁTICO – Desapropriação para passagem de Gasoduto	99
<u>CAPÍTULO IV</u> - GEORREFERENCIAMENTO	125
INTRODUÇÃO	125
CIÊNCIAS GEODÉSICAS	125
APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO	126
CONCEITOS CARTOGRÁFICOS DE INTERESSE	131
UTILIZAÇÃO	140
Utilização em Áreas Urbanas	141
Utilização em Áreas Rurais	141
EXEMPLO PRÁTICO - Consolidação Geodésica da APA de Guapimirim	147

<u>CAPÍTULO V - TERRENOS DE MARINHA E ACRESCIDOS DE MARINHA</u>	161
INTRODUÇÃO	161
HISTÓRICO	161
TERRENOS DE MARINHA E ACRESCIDOS DE MARINHA	164
Ainda na História – Surgimento dos Terrenos de Marinha e seus Acrecidos	164
Terrenos de Marinha e seus Acrecidos	165
Feições da interface Terra-Mar	167
Legislação Vigente	171
Domínio Útil, Enfiteuse, Foro e Laudêmio	171
Determinação dos Terrenos de Marinha na Perícia Judicial	174
CASO PRÁTICO – Ação Popular na Costa Verde	175
<u>CAPÍTULO VI - AEROPORTO DE VITÓRIA - Capítulos II, III, IV, V</u>	197
Desapropriação do Aeroporto de Vitória - ES	207
Expropriados e Áreas de Marinha	215
Avaliação Urbana	243
Quesitação	271
Conclusão	309
<u>CAPÍTULO VII - AÇÕES POSSESSÓRIAS E AFINS</u>	315
INTRODUÇÃO	315
AÇÕES POSSESSÓRIAS	315
Reintegração de Posse	316
Manutenção de Posse	317
Interdito Proibitório	317
USUCAPIÃO	317
Tipos de Usucapião	318
Extraordinário	318
Ordinário	319
Especial Urbano	319
Especial Rural	320
Coletivo	321
Usucapião de Terras em Ilhas	321
Usucapião de Domínio Útil	322
Usucapião em Defesa na Reivindicatória	322
Usucapião de Composse	323
Extrajudicial	323

Indenização	324
Prazos	325
Condições Básicas e Requisitos	325
DEMARCATÓRIA	326
A Prova Pericial na Demarcatória, na vigência do antigo CPC	327
A Prova Pericial na Demarcatória, na vigência do NCPC	328
Fluxograma da Demarcatória no NCPC	330
DIVISÃO	331
CASO PRÁTICO – Ação de Reintegração de Posse	332
<u>CAPÍTULO VIII - PERÍCIAS AMBIENTAIS - Conceito e Casos Práticos</u>	355
FORMAÇÃO DA PROVA PERICIAL DE MEIO AMBIENTE	355
Laudos técnicos para a Área Ambiental	356
Equipe Multidisciplinar	357
INSTRUMENTOS PARA REPARAÇÃO DE DANOS COMO FORMA DE DIMINUIÇÃO DE MULTA AMBIENTAL	358
O TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA – TAC, ORIGINADO A PARTIR DO LAUDO PERICIAL	358
O ASSISTENTE TÉCNICO EM PERÍCIAS AMBIENTAIS	358
HONORÁRIOS EM PERÍCIAS AMBIENTAIS	359
A TEMPORALIDADE DA PROVA PERICIAL AMBIENTAL	360
CONCEITOS DE IMPORTÂNCIA	361
Diferença entre Impacto e Dano Ambiental	362
Conceituação de Costão Rochoso	362
1º. CASO PRÁTICO – Ação Civil Pública	364
2º. CASO PRÁTICO – Ação Cautelar	421
<u>CAPÍTULO IX - AVALIAÇÃO RURAL, PERÍCIAS AGRÁRIAS, INSTRUMENTOS E POLÍTICA</u>	457
INTRODUÇÃO	457
CONCEITOS	458

AVALIAÇÃO RURAL	459
Método Direto	460
Comparativo	460
Evolutivo	460
Método Indireto	460
Renda	460
Involutivo	460
Método Direto de Dados de Mercado	461
Procedimentos Preliminares	462
Vistoria ao Imóvel	462
Características do Local	462
Localização	463
Infraestrutura de Acesso e Comunicação	463
Descrição do Imóvel	463
Estado de Conservação e Depreciação Física	463
PERÍCIAS AGRÁRIAS	463
Coqueiro-da-Baía	464
Características da Cultura	464
Paradigmas	464
Custos de Implantação e Condução	465
Cálculo das Receitas da Produção	467
INSTRUMENTOS E POLÍTICA	468
Grau de Utilização da Terra – GUT	469
Grau de Eficiência da Exploração – GEE	469
CASO PRÁTICO – Ação Ordinária, contra processo de Desapropriação	470
<u>CAPÍTULO X - LEGISLAÇÃO</u>	517
LEGISLAÇÃO DE IMPORTÂNCIA PARA O PERITO	517
Hierarquia das Normas	517
Leis, Decretos, Resoluções e Portarias	519
<u>CAPÍTULO XI - VALORAÇÃO DE DANO AMBIENTAL</u>	529
INTRODUÇÃO	529
CONCEITOS	530
Impacto x Dano	530
Valor	530
Reposição e Reprodução	530
Depreciação	531

Metodologia de Valoração Econômica de RECUSOS NATURAIS e GRANDES SISTEMAS AMBIENTAIS	531
Métodos Indiretos	533
Produtividade Marginal	533
Despesas de Reposição	533
Despesas de Re-localização	533
Despesas de Prevenção/Mitigação	533
Despesa de Proteção	533
Métodos Diretos	533
Preços Hedônicos	533
Custo de Viagem	533
Valoração Contingente	534
OUTROS ESTUDOS	534
Valor Econômico de Recurso Ambiental – VERA	535
Valor de Uso	535
Valor de Uso Direto	535
Valor de Uso Indireto	535
Valor de Opção	536
Valor de Não-Uso	536
Valor Econômico de Referência do Dano Ambiental – VERD	536
A NBR 14653-6 da ABNT	537
Metodologia de Valoração de DANO AMBIENTAL no ÂMBITO do PROCESSO JUDICIAL	538
Método de Valoração de DANO AMBIENTAL pelo <i>Modelo de Charnaux Sertã</i>	542
<i>Modelo de Charnaux Sertã</i>	544
Conceituação	544
Aplicação	545
Tabela de Fatores – FATORES DE DANO	547
Fator de Vegetação	547
Fator de Solo	548
Fator de Água	549
Fator de Corpos Hídricos	550
Fator de Fauna	551
Fator Atmosférico	551
Tabela de Fatores – FATORES ATENUANTES	552
Tabela de Fatores – FATORES INTANGÍVEIS	552
DEMONSTRAÇÃO PRÁTICA	553
<u>CAPÍTULO XII - AGRADECIMENTOS FINAIS</u>	563